

NOTA PÚBLICA CONATRAE

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)¹ vem a público demonstrar profunda preocupação com a possível descontinuidade da política de enfrentamento ao trabalho escravo, especialmente quanto às ações de fiscalização coordenadas pelo Ministério do Trabalho.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao referido ministério, tem sido responsável por coordenar o resgate de pessoas submetidas a trabalho escravo, desde 1995, garantindo a liberdade de mais de 53 mil pessoas e o pagamento de salários e direitos devidos. As informações até agora veiculadas pela imprensa apontam para o desmembramento do ministério, bem como da fiscalização do trabalho.

A fragilização institucional da fiscalização acarretará o aumento da escravidão contemporânea, uma das mais graves violações aos direitos humanos, com a conseqüente exposição do país a sanções comerciais internacionais, o que pode levar a barreiras tarifárias e não tarifárias aos nossos produtos e à redução de investimentos de fundos com responsabilidade social. No momento em que países, como os Estados Unidos, afirmam que não aceitarão a concorrência desleal de empresas que se utilizam de trabalho escravo, seria um erro enfraquecer o órgão que é a base do combate eficaz dessa mazela social.

Além do mais, em um momento de crise econômica grave, o país não pode abrir mão dos recursos advindos da arrecadação de impostos e contribuições federais, como as previdenciárias, que são sonegados por quem se utiliza desse tipo de exploração.

Assim, é imprescindível que o governo garanta recursos e estrutura para a manutenção da política de erradicação do trabalho escravo, uma política de Estado que tornou o Brasil uma referência internacional nessa área.

Brasília, 11 de dezembro de 2018.

**COMISSÃO NACIONAL PARA ERRADICAÇÃO
DO TRABALHO ESCRAVO**

¹ Ressalvada a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI).